



***Intervenção Secretário-Geral da CGTP-IN
Tiago Oliveira***

Camaradas,

Deixem-me começar por agradecer à Direcção do Museu Resistência e Liberdade, a todos os seus trabalhadores e à sua Directora Aida Rechená, a disponibilidade com que nos recebem.

A iniciativa que hoje fazemos tem o objectivo de encerrar o nosso programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e, ao mesmo tempo, dar início ao programa dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa.

São dois acontecimentos, dois processos, que estão umbilicalmente ligados. A Constituição é filha de Abril, nela ficaram plasmados os direitos e o projecto de sociedade ambicionado com a Revolução, a democracia nas suas múltiplas dimensões - política, económica, social e cultural. Direitos e projecto que, apesar de tantas revisões e amputações, permanecem inscritos na Constituição e são um farol de futuro.

Realizamos esta iniciativa no Forte de Peniche, local destinado pelo fascismo aos que lutavam pela liberdade, desde logo aos que o faziam de forma organizada no PCP, mas também a tantos democratas, a tantos sindicalistas, homens e mulheres cujo único “crime” foi o de não se resignarem à miséria, à censura, à exploração que colocava tantas crianças a fazer o trabalho dos adultos, à guerra, ao regime que promovia a acumulação da riqueza nas mãos de meia dúzia de famílias e condenava o povo ao analfabetismo, à habitação sem condições, a cuidados de saúde inexistentes e que faziam com que a mortalidade infantil fosse das mais elevadas da Europa.

Sem a resistência e a luta dos que por aqui passaram, dos que aqui foram torturados, não teria havido 25 de Abril, nem dele brotaria uma Constituição com os avanços e conquistas que a nossa contém. Foi uma acção realizada nas mais duras condições, em que os que nela participavam colocavam em risco a sua própria vida em prol do bem maior da liberdade, da democracia, do desenvolvimento, da igualdade, de uma sociedade que se constrói na base dos direitos, e que a efectivação desses direitos impulsiona novas realizações.

É de mais Abril, da concretização dos direitos que estão por fazer e da conquista de outros, que o país, os trabalhadores e o povo precisam.

Sabemos que com a nova composição da Assembleia da República, estes objectivos não ficam facilitados. Sabemos que os tempos que vivemos são de forte ofensiva do capital, que promove o individualismo e o egoísmo social, as concepções retrógradas e reaccionárias, recorre à difusão de preconceitos e banaliza a demagogia para tentar dividir os trabalhadores e incutir que não há alternativa. Tudo em cima de uma realidade objectiva em que as necessidades, algumas básicas e anseios da larga maioria da população são negados.

Uma ofensiva ideológica que branqueia o passado, nomeadamente o período do fascismo em Portugal, deturpa o conteúdo, objectivos e valores de Abril, para reabilitar e promover o poder do grande capital, que antes da Revolução como agora, é o verdadeiro centro de comando da política imposta. Uma ofensiva contra a democracia e o regime democrático, de ataque a Abril e aos seus valores, de desacreditação da política enquanto tal, de estigmatização e mesmo criminalização política de todos os democratas e patriotas que ousam opor-se à deriva antidemocrática em curso, ou contrariar o pensamento único que se quer impor.

Lutamos contra o grande capital, todos os que o representam, combatemos os projectos reaccionários e da extrema-direita que existem para o servir. Esclarecemos e denunciemos os seus propósitos. Desenvolvemos a luta para responder aos problemas concretos do dia-a-dia com que os jovens, os trabalhadores e os pensionistas se deparam.

E isso é garantir um salário que permita deixar de contar os dias para o fim do mês, uma pensão que não seja de miséria, um horário que dê para acompanhar os filhos, ou simplesmente para ter vida para além da rotina trabalho casa, casa trabalho, isto quando temos acesso a uma casa, num tempo em que o direito à habitação mais parece o direito à especulação dos fundos imobiliários e à acumulação de lucros da banca.

Não podemos embarcar na visão do “mal menor”, em que os promotores da política que alimenta os projectos reaccionários se apresenta como solução. É preciso garantir um Serviço Nacional de Saúde de qualidade, longe da lógica do lucro que os grupos privados do sector querem impor, uma Escola Pública, inclusiva, gratuita e de qualidade que dê aos mais jovens as ferramentas para compreender e transformar o mundo.

Nos últimos dias as forças reaccionárias lançaram uma operação visando avançar para liquidação da Constituição e dos direitos que esta consagra. Falam numa revisão da Constituição para que deixasse de ter carga ideológica, como se a posição desses mesmos que a querem rever não estivesse ela carregada de ideologia, de uma posição de classe em favor dos ricos e poderosos, como se a visão que querem introduzir não estivesse cheia do passado.

Na presente situação, quando assinalamos os 50 anos da Constituição, aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976, a sua defesa e aplicação ganha ainda mais relevo. A CGTP-IN afirma-se nesta luta que é indissociável da defesa dos direitos dos trabalhadores e da melhoria das suas condições de vida.

Sim, os mesmos que tem negado a aplicação dos direitos inscritos na Constituição, querem agora riscá-los para os erradicar da vida dos trabalhadores e do povo. Não, o que precisamos não é eliminar os direitos da Constituição, o que precisamos é que esses direitos sejam aplicados na vida de todos os dias.

Quando decorre um genocídio na Palestina, quando o negócio do armamento ganha terreno e a destruição ocupa o lugar da negociação na Ucrânia, afirmamos que a solução passa pelo cumprimento da Constituição da República, quando esta refere que Portugal se rege, e passo a citar, “nas relações internacionais pelos princípios (...) da solução pacífica dos conflitos (...)”

Quando reivindicamos o direito ao trabalho, lembramos que “incumbe ao Estado a execução de políticas de pleno emprego”.

No aumento geral e significativo de todos os salários, recuperamos a Constituição que diz que a retribuição do trabalho tem de “garantir uma existência condigna”, que “compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva”, ou em relação ao salário mínimo nacional, quando se estipula que na sua determinação têm de ser atendidas as “necessidades dos trabalhadores ou o aumento do custo de vida”.

A nossa reivindicação de regulação dos horários de trabalho, encontra respaldo na Constituição que refere que “todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito “à “organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar”.

Quando afirmamos que temos de por o país a produzir colocamos o tónico na “coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção”, como refere a CRP, e quando exigimos a recuperação para a esfera pública dos sectores e empresas estratégicas, também é o princípio da “subordinação do poder económico ao poder político democrático” que está presente, ou o “planeamento democrático do desenvolvimento económico e social”.

Quando nos referimos à soberania, conceito maldito no quadro do chamado “processo de integração” europeia, referimo-nos à necessidade de cumprir a independência nacional, o respeito dos direitos do homem, os direitos dos povos ou a igualdade entre os Estados, sem nunca esquecer que, e aqui vai mais uma citação, “a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, (...) e o aprofundamento da democracia participativa”.

A Constituição consagra um artigo ao direito de Liberdade sindical, onde é expressamente previsto “o direito de exercício de actividade sindical na empresa” e que tantos patrões pretendem deixar à porta.

Consagra, também, o direito à greve e a proibição do lock-out, referindo que “compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito”. Veja-se bem, o governo que não estava em funções para ractificar um acordo já subscrito e acordado entre os sindicatos e a administração da CP, não teve pejo em pedir uma excepção à União Europeia para gastar em armas e na indústria de armamento aquilo que falta ao SNS, à escola pública ou, entre tantas outras áreas, à habitação.

Poderíamos continuar a elencar práticas dos sucessivos governos que estão à margem e em oposição à CRP. Não chegaria o fim de semana para as referir a todas.

Também, padecendo do mesmo problema, poderíamos continuar a cruzar aquilo que são as nossas reivindicações com o estipulado na Constituição, como na área do direito à saúde, à educação, à

criação e fruição cultural, protecção social, não discriminação, participação das estruturas representativas dos trabalhadores aos mais variados planos, à habitação, ou entre tantos outros, na política fiscal, e íamos constatar que há uma grande sintonia.

Não é por acaso que tal acontece. A ligação entre o 25 de Abril, a Constituição e a acção da CGTP-IN está bem sintetizada nos nossos estatutos, quando lembramos que “a revolução de 25 de Abril de 1974, como expressão de soberania popular, contou com a intervenção decisiva da Intersindical Nacional nas transformações políticas e económicas e sociais então realizadas, (...) que vieram a ser consagrados na Constituição da República de 1976”, ou quando lembramos Constituição da República de 1976 é um “texto que contribuiu de modo relevante para enformar o pensamento político-sindical da CGTP-IN”.

A CGTP-IN, participante activa da construção da democracia plasmada na nossa Constituição, influenciou e é influenciada neste processo.

Apesar de todas as amputações impostas por 7 revisões e ao contrário de outros, que aí vêem um entrave aos seus interesses, a Constituição continua a ser um instrumento que usamos na reivindicação pela elevação das condições de trabalho e de vida no nosso país, da qual nos orgulhamos.

Camaradas;

Vivemos tempos que exigem a nossa participação e intervenção. Sabemos bem o que temos pela frente. Sabemos que o capital aposta simultaneamente no Governo que lhe responde e nas forças reacţionárias que são um instrumento para o servir. A nossa intervenção diária também ela é o garante e defesa da Constituição da República. Sabemos que temos aí o ataque ao direito à greve, sabemos que temos aí o ataque aos serviços públicos, sabemos que temos aí o ataque à Segurança Social, sabemos que temos aí o ataque à legislação laboral, sabemos que temos, que temos aí o contínuo ataque ao direito de contratação colectiva e de liberdade sindical, sabemos que temos o ataque aos trabalhadores, a todos os trabalhadores, responsabilizando aqueles que imigram pela deterioração das condições de vida.

Os camaradas pensem e reflitam! Em que momento as empresas, os grandes grupos económicos, o capital foi responsabilizado por algo? Em que momento ouvimos aqueles que nos têm governado acusar o capital de acumulação do lucro, de negação de direitos, de salários baixos, de horários desregulados, do aumento da precariedade, da retirada de direitos, de apenas aumentar a exploração? Quem o faz não aparece, passa na RTP3 às duas da manhã.

Mas por outro lado quantas e quantas vezes temos ouvido, vezes sem conta que a culpa dos baixos salários são dos trabalhadores imigrantes porque vêm trabalhar com baixos salários?

Quantas vezes ouvimos dizer que o preço das casas aumenta por culpa dos imigrantes, que a culpa do sns, da segurança social é dos imigrantes?

Quantas vezes ouvimos dizer que a culpa da segurança social é de quem não quer trabalhar?

Sempre camaradas, sempre colocando trabalhador contra trabalhador, sempre colocando quem menos tem contra aquele que ainda tem menos.

Sempre atacando quem mais precisa e procurando dividir a luta dos trabalhadores.

Falam sempre dos rendimentos mínimos, mas nunca dos rendimentos máximos!

Mas há uma coisa que eles não falam, que é quem no fim se aproveita destes e de todos os trabalhadores! Quem no fim lucra com a sua exploração, os baixos salários, a retirada de direitos, o ataque aos serviços públicos. Quem???

Vêm falar de legitimidade. Legitimidade para continuar a seguir as políticas que tem vindo a ser seguidas. Legitimidade temos nós camaradas, legitimidade têm os trabalhadores, para dar continuidade à luta, legitimidade temos nós para dar combate à mesma política que nos conduziu até aqui, legitimidade temos nós para combater o capital e quem o promove e sustenta, legitimidade temos nós para em cada empresa e em cada local de trabalho lutarmos pela melhoria das nossas vidas.

Legitimidade temos nós para defender o SNS, a Escola Pública a Segurança Social.

É isso que estamos a fazer, pelos salários, ..., é isso que vamos fazer, mobilizar e organizar os trabalhadores, desenvolver a luta reivindicativa. Vamos a isso, com o envolvimento, a responsabilização e a unidade dos trabalhadores ... Temos uma responsabilidade acrescida e sabemos que a força dos trabalhadores é poderosa. Confiança nas nossas capacidades, confiança na nossa determinação, iniciativa e audácia, confiança nos trabalhadores,

São tempos complicados os que vivemos. Mas se estes camaradas aqui, que fruto de toda a sua coragem e determinação, derrotaram o fascismo e hoje estão aqui connosco a dar continuidade a esse combate, queridos camaradas, sejamos fortes, sejamos confiantes, sejamos unidos, sejamos capazes de dar continuidade ao muito que tem sido feito.

Estes tempos exigem que olhemos para os trabalhadores, para todos os trabalhadores, venham de que país vierem, sejam de que sector forem, porque o esclarecimento e a mobilização, a organização, a unidade e a luta, dizem respeito a todos os explorados, porque temos de unir o que o capital quer dividir para continuar a acumular.

Cumpra-se a Constituição. Apliquem-se os direitos que esta consagra

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES! 25 DE ABRIL SEMPRE, FASCISMO NUNCA MAIS!

Peniche, 24 de Maio de 2025